

A língua banguela, território de identidade negroafricana em Minas Gerais

YEDA PESSOA DE CASTRO

Professora aposentada da UFBA, etnolinguista, doutora em línguas africanas (UNAZA, CONGO). Consultora em Línguas Africanas do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. Autora de *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afrobrasileiro* (Academia Brasileira de Letras/ Topbooks Ed.) e *A língua mina-jeje: um falar africano em Ouro Preto no séc. XVIII* (Fundação João Pinheiro).

E-mail: yedapessoa@uol.com.br



Resumo: Considerando que a língua substancia o espaço de identidade de um povo e o léxico é espelho da cultura, as marcas de africania na *língua banguela* e nos cantares *vissungos* denunciam a sua matriz umbundo da região angolana de Benguela e, ao mesmo tempo, reverte o estereótipo recorrente de que o escravizado negro era “uma coisa só”, o africano, sem nome, língua e identidade própria. Umbundo, falado pelo povo ovimbundo, pertence ao grupo bantuideo de línguas do ramo Benue-Congo, da região centro sul de Angola, de onde foram trazidos grandes contingentes de escravizados para o Brasil, durante o século XVIII, a fim de atender a demanda de mão de obra escravizada nos garimpos do interior de Minas Gerais. Presentemente, a chamada *língua banguela*, um falar afrobrasileiro local, lexicalizado pelo umbundo, assim como os cantares *vissungos* persistem como traços marcantes de um território de identidade negroafricana no Brasil.

Palavras-chave: Línguas africanas. Identidade. Vissungos. Mineração.

Abstract: Considering that language substantiates a people's identity space and that lexicon is a mirror of culture, *africania* marks in *banguela language* and in *vissungos* chants denounce its umbundo matrix from the Angolan region of Benguela, and, in the meantime, reverts the recurrent stereotype of the black enslaved as being “the same thing”, the African with no name, language and own identity. Umbundo, spoken by the Ovimbundo people, belongs to the Bantuideo language group of Benue-Congo branch, in Angola South central region, from where a large number of enslaved Africans was brought, during the XVIII century so as to meet the demand of slave labor in Minas Gerais minings. Nowadays, the so called *banguela language*, a local Afro-Brazilian way of speaking, lexicalized by the umbundo, as well as the *Vissungos* singing persist as striking traits of a black African territory in Brazil.

Keywords: African languages. Identity. Vissungos. Mining.

1 Premissas

A partir do pressuposto de que a língua substancia o espaço de identidade de um povo e o léxico é espelho da cultura, para suprir a documentação oficial sobre o tráfico transatlântico que foi queimada por ordem governamental em 1890, na qual poderíamos encontrar mais indícios da procedência do contingente

humano africano transladado pelo tráfico para o Brasil, como recurso metodológico fomos buscar, por meio de uma análise etnolinguística, as evidências projetadas pelo estudo diacrônico da inserção dos aportes lexicais de matriz africana correntes, por um lado, no português brasileiro em geral e, por outro, resguardados em sistemas lexicais por determinados grupos socioculturais como modo de competência simbólica, sem produtividade linguística, numa expressão de resistência e reconstrução da identidade etnocultural dos seus integrantes. Identificados seus étimos prováveis ou precisos, chegaremos às origens dos seus falantes e, conseqüentemente, às línguas africanas que foram faladas no Brasil, sua distribuição e regiões de concentração em território colonial e imperial brasileiro.

Embora de tradição já firmada na linguística moderna, preferimos não falar de “empréstimos” devido ao “seu cunho eufemístico, ou melhor, por sua extraordinária polidez” (SAID ALI, 1957, p. 183). O alcance do significado do termo *aporte* vai além do atribuído ao termo empréstimo. Não se trata tão somente de “empréstimos ao vocabulário” resultantes de “troca bilateral de línguas em presença”, como quer Bonvini (2002, p.148), mas da apropriação de termos novos para denominar objetos recém-adquiridos, da necessidade de expandir o léxico para descrever e cobrir um fato social que era a presença do africano escravizado em terras brasileiras. Era a transformação de suas africanidades em nossas africanias, a começar por adquirir um novo falar como segunda língua, nele introduzindo hábitos linguísticos de suas línguas nativas através de um processo que alguns linguistas consideram apenas como resultado de “transmissão linguística irregular no aprendizado imperfeito, sem letramento, de uma segunda língua”, uma explicação que por si só não basta pela invisibilidade da participação das línguas negroafricanas nesse processo (cf. CASTRO, 2003).

2 As origens

As fontes históricas existentes, acrescidas das evidências encontradas no estudo dos lexemas de base africana nos falares brasileiros, tornam evidente que a maioria dos quatro milhões de escravizados trazidos pelo tráfico para o Brasil, ao longo dos séculos XVI a XIX, era procedente da África Subsaariana, região localizada abaixo do deserto de Saara, em territórios da família linguística Níger-Congo (GREENBERG, 1966) com cerca de 1.436 línguas e mais de 400 milhões de falantes (HEINE; NURSE, 2000, p.10). Esses territórios, denominados por alguns estudiosos de África Negra, concentram a população negra do continente, cujas línguas, aqui intituladas de negroafricanas, estão assim distribuídas em duas grandes regiões etnolinguísticas:

- REGIÃO BANTO, ao longo da extensão sul da linha do equador onde são faladas mais de 500 línguas tipologicamente assemelhadas (CRYSTAL, 1997, p. 316), oriundas de um tronco linguístico comum no passado denominado de PROTOBANTO. Segundo os dados contidos na documentação histórica existente e nas evidências linguísticas levantadas até agora, dos quatro milhões de negros então escravizados no Brasil, 75% eram banto-falantes, principalmente de três línguas angolanas, das zonas linguísticas H (kimbundo e kikongo) e R (umbundo), na classificação de Güthrie (1948):

- ✓ KIMBUNDO, falado nos territórios dos antigos reinos do Kongo e do Ndongo, denominado pelos portugueses de Angola, de Ngola, título do soberano local. KIKONGO, falado na região do antigo reino do Kongo, no norte de Angola estendendo-se até o Congo Brazzaville.
 - ✓ UMBUNDO, da região de Benguela, no centro sul da costa angolana, a língua nacional angolana com o maior número de falantes em seu território.
- REGIÃO OESTEAFRICANA, tradicionalmente chamada de sudanesa, termo já em desuso, abrange territórios que vão do Senegal à Nigéria, incluindo Burkina-Fasso, na África Ocidental, ao longo dos quais são faladas mais de 800 línguas tipologicamente diferenciadas, pertencentes a três grandes famílias linguísticas: Níger-Congo, Afro-Asiática e Nilo-Saariana. Não derivam, portanto, de uma língua ancestral única, a exemplo do protobanto em relação às línguas do grupo banto, razão por que não estão denominadas por um termo linguístico que contemplasse todas elas, mas pela sua localização geográfica continental, ou seja, a África do Oeste. Seus principais representantes no Brasil, trazidos do Golfo do Benin, foram falantes de YORUBÁ e de línguas do grupo EWE-FON ou GBE.
 - ✓ YORUBÁ é uma língua única, constituída por um grupo de falares regionais correntes no sudoeste da Nigéria, entre eles, Ijexá, Oyó, Ifé, Ondô, Egbá, e NAGÔ do Reino de Ketu, no Benin atual, denominação pela qual ficou conhecida no Brasil.
 - ✓ EWE-FON ou GBE é um conjunto de línguas tipologicamente muito próximas, entre elas, Mina, Ewe, Gun, Fon, Mahi, em territórios de Gana, Togo e entre as quais se destaca a língua FON, numericamente majoritária na região, falada pelos fons ou daomeanos, concentrados geograficamente no planalto central de Abomé, capital do antigo Reino do Daomé, na atual República do Benin.

3 O termo “banto”

Na sua escrita original BANTU, em português BANTO, plural de *muntu*, significando povos, pessoas, foi proposto pelo linguista alemão Wilhelm Bleek na obra *Comparative Grammar of South African Languages*, publicada em Londres, em 1862, a fim de nomear um grande grupo de línguas que encontrara ao estudar as línguas sul-africanas e avançou na hipótese de que esse notável número de línguas, com características comuns, teria origem em uma língua única e antiga, que denominou de PROTOBANTO, possivelmente falado há quatro milênios atrás, hipoteticamente reconstruído com base nos dados fonéticos recolhidos de algumas línguas atuais (m-Meeussen, 1967). Só mais tarde BANTO, de termo linguístico passou a ser usado pelos estudiosos de outras áreas para denominar um território com mais de 300.000.000 de indivíduos e um número estimado em 500 línguas de substrato linguístico único, faladas em 21 países ao longo de 9.000.000km² na extensão sul do continente, abaixo da linha do Equador: Camarões, República Centro Africana, Guiné Equatorial, Gabão, Angola, Namíbia, República Popular do Congo, República Democrática do Congo (RDC) Burundi, Ruanda, Uganda, Tanzânia, Quênia, Malavi, Zâmbia, Zimbábue, Suazilândia, Botsuana, Lesoto, Moçambique e África do Sul.

No Brasil, o termo começou a se popularizar a partir de 1976, quando o antigo Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, na direção do professor Guilherme de Souza Castro, inaugura o ensino de uma língua banto no Brasil com o curso de kikongo, ministrado pelo professor congolês Nlandu Ntotila, da Universidade Nacional do Zaire, com grande procura por parte de membros da comunidade afrorreligiosa baiana e de associações de diversos grupos de capoeira angola e regional. Convém ressaltar que a denominação BANTO só passou a ser usada na História da África a partir do século XIX, após a divulgação da obra mencionada de Wilhelm Bleek. Logo, é um termo relativamente recente que também não faz parte da nossa história colonial, tanto que nunca foi empregado, e nem seria o caso, para intitular qualquer uma das manifestações de religiosidade de matriz banto no Brasil, o que tradicionalmente é feito pela identificação das regiões geográficas de suas origens, *congo, angola, benguela*. Essa última encontra-se na chamada *língua banguela* dos *vissungos*, cantos de trabalho na região diamantina de Minas Gerais que foram registrados por Aires da Mata Machado Filho no estudo *O negro e o garimpo em Minas Gerais*, publicado inicialmente em 1943, pela Editora José Olympio, no Volume 42 de Coleção Documentos Brasileiros.

A propósito, também vale dizer que o emprego do termo YORUBÁ na História da África se deu a partir do século XIX, após a publicação do vocabulário de Samuel Ajayi Crowther, *The Vocabulary of the Yoruba Language*, cuja primeira edição é de 1843. Como testemunho, as “nações” afrorreligiosas de matriz yorubá no Brasil nunca foram identificadas como tal, sempre chamadas de nagô, ketu, ijexá, de acordo com as denominações regionais onde se situam na Nigéria e no Benin (cf. CASTRO, 2001). Originalmente proposto para nomear a língua, atualmente aplica-se a um grupo etnolinguístico constituído por vários milhões de indivíduos concentrados na parte ocidental da Nigéria e em Ketu, nos territórios circunvizinhos da República do Benin. Além de usarem yorubá como língua comum, estão unidos por uma cultura de tradição ancestral, tendo como centro religioso a cidade nigeriana de Ile-Ifé, considerada por eles como o Berço da Humanidade. Entre nós, o emprego YORUBÁ em lugar de NAGÔ começou a ser popularizado a partir de 1961, depois do curso ministrado pelo professor nigeriano Ebenezer Lashebikan, no antigo Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, à época sob a direção do seu idealizador e primeiro diretor o humanista português George Agostinho da Silva. O curso contou com grande afluência de integrantes das comunidades religiosas afrobrasileiras locais.

4 A presença “banto”

Aqueles primeiros contingentes, inicialmente em número reduzido de “duas dezenas de escravos da Guiné, machos e fêmeas, para servir no Colégio dos Jesuítas” segundo a solicitação do padre Manuel da Nobrega em carta datada de 1568, dirigida da Bahia à Coroa Portuguesa (SILVA NETO, 1962, p. 83), alcançaram ao longo dos três séculos seguintes a cifra estimada em quatro milhões de indivíduos, entre os quais cerca de 75% transplantados da África Subequatorial, do mundo banto-falante, que foram distribuídos por todo o território do Brasil colonial e imperial (o tráfico externo foi extinto em 1850) como mão de obra escravizada nas plantações, na mineração, nas

charqueadas, no pastoreio, na pesca, enfim, em todas as atividades braçais exigidas pela colonização (cf. SILVA, 2002). Para o desbravamento do sertão adentro durante as entradas e bandeiras, os negros, em maioria, ao contrário dos indígenas que eram necessários na caminhada por conhecerem a mata, restavam em parte estacionados nos sítios onde antes haviam pousado, a fim de assegurar para a Coroa Portuguesa, com a benção de missionários católicos, a ocupação e posse da terra. Assim surgiram aldeias e povoados interioranos que dariam lugar aos mais de 3.000 quilombos atuais mapeados pela Fundação Cultural Palmares, espalhados por todo o país e propugnando, junto ao Estado brasileiro, pelo direito àqueles territórios por eles ocupados desde os tempos coloniais, onde preservam a sua identidade étnico-cultural de prevalência banto, evidente nos seus topônimos Quilombo, Kalunga, Macaco, Catumbi, entre outros (cf. SILVA, 2002).

Quanto às línguas do grupo banto, a sua principal característica é o elaborado sistema de classes nominais de prefixos constituído, nas zonas linguísticas H, do kikongo e do kimbundo e R, do umbundo na classificação de Güthrie (1948), por 10 pares de prefixos, em algumas línguas chegam a 19, que se ordenam para exprimir:

- a oposição singular e plural dos nomes pelos prefixos /*mu-*, *ba-*/ da classe 1/2, especificamente para designar seres humanos: *mu.ntu* / *ba.ntu*, pessoa/s, *mu.leke*, *ba.leke*, garoto/s, *mu.kama*, *ba.kama*, companheira/s;

- o aumentativo com prefixo *ki-*: *ki.bungo*, lobão, *ki.zomba*, festança, *ki.njo*, casarão;

- o diminutivo com o prefixo *ka-*: *ka.mundongo*, ratinho, *ka.fofo*, *quartinho*, *ka-njo*, casinha, *ka.rimbo*, sinete;

- o locativo com prefixo *mu-* *mu.nzo* (no kikongo) e *mu.njo* (no kimbundo), dentro da casa ou para casa;

- o infinitivo dos verbos é marcado pelo prefixo /*ku-*/, que funciona à semelhança do marcador *to* do infinitivo verbal em inglês (*to speak* = falar), e finalizado pela vogal /-a/ como no sufixo da primeira conjugação /-ar/ dos verbos em português padrão. Cf. *ku.koxil.a*, *cochil.ar*, *ku.xing.a*, *xing.ar*, *ku.samb.a*, *samb.ar*, *rez.ar*.

- apenas em umbundo os nomes da classe 5 são marcados pelos prefixos /o-/ singular e /e-/ plural. Cf. Umb. *ongombe*, *onzo*, x Kik. *ngombe*, *nzo*, tambor, casa.

5 Marcas do legado “banto”

No século XVII, o contingente banto era de tal ordem na cidade da Bahia, antigo nome da cidade do Salvador, que motivou o padre Pedro Dias a escrever *A arte da língua de Angola*, uma gramática do kimbundo falado na Bahia, publicada em 1687, em Lisboa, com o objetivo de facilitar o trabalho de catequese ao instruir os jesuítas para falar a língua dos “25.000 etíopes”, segundo o testemunho do Padre Antônio Vieira (cf. SILVA NETO, 1962, p. 82), que se encontravam naquela cidade sem, obviamente, falar português. Como Luanda, Aruanda, terra dos ancestrais no imaginário brasileiro, não podia mais suportar o volume do contingente humano exigido pelo tráfico transatlântico, pois também fornecia escravizados para outras colônias das Américas e do Caribe, o porto de Benguela, na região ovimbundo, passou a ser o segundo porto mais importante do tráfico para o Brasil a partir do século XVIII, após a descoberta das

minas em Minas Gerais. Dessa época até 1845, mesmo depois da sua proibição para o Brasil em 1830, o tráfico transatlântico também se dirigiu para o porto de Quelimane, no extremo norte de Moçambique, na contracosta, de onde, segundo a documentação histórica existente, entre 1813 e 1820, saíram anualmente para o Brasil cerca de dez mil escravizados (UEM, 1982, p.102). Essa região banto está localizada na zona linguística P de Güthrie (1948), onde se destacam as línguas makwa e makonde, mais próximas entre si do que com as línguas faladas em Angola, geograficamente mais distantes. No entanto, Moçambique nunca chegou a alcançar cifras por demais proveitosas com o tráfico que era dirigido para o nordeste, devido aos custos das viagens transatlânticas com percurso mais longo, em comparação ao volume do contingente estimado em 255.000 escravizados importados naquele período para o Rio de Janeiro e destinados, em sua maioria, para a zona de mineração (BOXER, 1963, p. 87). Comprovação deste fato é a relativamente menor ocorrência de folgedos tradicionais e de *guardas* (irmandades) denominadas de *moçambique* na região do nordeste em compração com Minas Gerais, onde muitas são chamadas de *moçambiques* e *congós*. Entre elas, a *Guarda de Moçambique e Congo do Reinado 13 de Maio de Nossa Senhora do Rosário*, em Belo Horizonte, sob a liderança de D. Isabel Cassimiro das Dores Gasparino, a Rainha Conga de Minas Gerais, falecida em 2015, aos 76 anos.

O tráfico, principalmente para Pernambuco e Bahia, devido ao comércio de exportação do tabaco do recôncavo baiano para a chamada Costa da Mina, que se estabeleceu no século XVIII, não teve a mesma importância do de Benguela em direção ao Rio de Janeiro, a ponto do local de desembarque dos milhares de escravizados trazidos para a então Capital da colônia, e, daí, distribuídos por regiões do sul e sudeste, ficar conhecido por *Cais do Valongo*, em que *valongo* significa *desembarcadouros* em umbundo (cf. *ovilonga*, plural de *ochilonga*; DANIEL, 2003, s. v.). Hoje, o Valongo surge como sítio arqueológico na zona portuária do Rio de Janeiro e recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO em 9 de julho de 2017, por ser o único vestígio material do desembarque do africano escravizado nas Américas. Dos 5.700 indivíduos que entravam anualmente pelo Valongo, cerca de 3.000 eram enviados para os garimpos de Minas Gerais ao encontro de falantes de línguas ewe-fon ou mina-jeje, na denominação brasileira, em tão grande número que chegou a circular entre a escravaria local um linguajar de base ewe-fon registrado por Antonio da Costa Peixoto, entre 1731-41, em *A Obra Nova da Língua Geral de Mina*, o documento linguístico mais importante do tempo da escravidão africana no Brasil, só publicado em 1945, em Lisboa (cf. CASTRO, 2002). Provavelmente, com a decadência das minas e a diminuição do tráfico com o Golfo de Benin a partir de 1794, que interrompeu o curso de novas ondas culturais e linguísticas de falantes ewe-fon na região, aquele falar desapareceu sem deixar vestígios significativos frente à proeminência numérica da população banto-falante no local, cujas marcas etnolinguísticas permanecem indelévels no “canto dos vissungos e na língua banguela” em Minas Gerais (cf. GNERRE, 2006, p. 56).

6 “Vissungos”, o canto lúdico-ritual

Do substantivo umbundo *ovisungo*, plural de *ochisungo*, canto de louvor, que ocorre na expressão verbal *imba ovisungo*, louvar, exaltar em cânticos (DANIEL, 2003, s. v.). Embora considerados como *cantos de trabalho*, numa categoria que encontra críticas por parte de pesquisadores sob a alegação, segundo o etnomusicólogo José Jorge de Carvalho (2009, p.21), de que “se tivermos em mente que os seus cantantes estavam no exercício de suas atividades sob severa coerção física, ao chamá-los de “cantos de trabalho” dificilmente estaríamos refletindo o ponto de vista do sujeito que cantava”, uma ilação, portanto, contrária ao comentário feito por Aires da Mata Machado Filho, quando reconhece “a necessidade universal de trabalhar cantando” ao associar os vissungos às manifestações da mesma ordem durante fainas agrícolas em Portugal (MACHADO, 1945, p. 42). Aqui, ainda convém dar ouvidos à sabedoria popular “quem canta, seus males espanta”, querendo dizer que a arte de cantar é uma terapia de função lúdico-recreativa praticada pelo grupo não, simplesmente, por ócio ou diversão, mas, sobretudo, pela necessidade de sentir-se livre, no caso em questão, por um instante sequer da escravização.

Assim, portanto, o canto de trabalho é uma tradição comum a vários povos do mundo desde sempre e, no Brasil, servia de marcação para o compasso monótono, em tom cadenciado dos escravizados nos engenhos, moendas, plantações, na garimpagem, da senzala à casa-grande. Nessa, a *babá* (Kimb. curadora), nos braços ou na cadeira de balanço embalava os filhos da casa senhorial com acalantos que espantavam *cucas*, *tutus*, *quibungos*, *bicho pondé*, seres amedrontadores do mundo banto sempre à espreita de criancinhas desobedientes que, à noite, costumam a adormecer (cf. CASTRO, 2015, p. 530). Ademais, considerando que a religião é o ponto focal das culturas negroafricanas, em torno da qual suas vidas se centram (cf. MALINOWSKI, 1946, p. 296), as denominadas “guardas”, organizações sociorreligiosas de matriz negroafricana em Minas Gerais, como forma de reação e continuidade na opressão, alinharam-se a práticas ritualísticas da Igreja Católica, e Nossa Senhora do Rosário tornou-se a padroeira de todas as “guardas e irmandades dos pretos” em muitas regiões do Brasil, com igrejas erguidas para sua devoção no século XVIII em vários sítios, entre eles, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e no centro histórico do Pelourinho, na cidade do Salvador. Durante sua adoração, principalmente aos domingos, o contingente escravizado, levado para as igrejas, entoava ladainhas, bênçãos e longos rosários repetidos, ainda hoje, à exaustão, o que lhes permitia, então, alongar o tempo disponível para aliviar, nesse intervalo, o sofrimento contido nas suas entranhas pela falta de liberdade e pela volta forçada ao eito, no dia seguinte, em obediência ao ditado popular, “segunda-feira é dia de branco”. Aquele momento ocupava um território livre de coação que lhes servia como meio de reconstrução de uma pertença etnocultural dos seus praticantes, no caso presente, substanciado pela *língua banguela* nos cantos de caráter lúdico-ritual do *vissungos*, que ganharam reconhecimento nacional em 1982, quando 14 deles foram gravados inicialmente no LP *O canto dos escravos*, nas vozes de Clementina de Jesus, Doca e Geraldo Firmo (cf. QUEIROZ, 2006, p. 34).

As 65 cantigas recolhidas em São João da Chapada por Aires Machado “com letra, música e fundamento”, foram por ele divididas em temas – padres-nossos, cantos

da manhã e do meio-dia, cantigas de multa, de rede e de caminho. Nelas, o traço subjacente de sentido místico no *fundamento* (teologia) manifesta-se ritualmente em funerais e durante festas religiosas, razão por que Sonia Queiroz (2006, p. 33) compreende os vissungos como “*cantos afro-descendentes de vida e morte*”. Machado Filho (1964) ainda registra um glossário de 213 itens extraídos dos cantos e da *língua banguela* ainda em circulação entre seus praticantes. Trata-se de um linguajar local de base portuguesa, lexicalizado por um repertório prefixado pela vogal /o-/, de evidente prevalência umbundo.

Vissungo 33, baseado no fundamento fornecido por Aires Machado:

“Oenda auê, a,a,a!	Vamos embora camarada, a.a!
Ukumbi oenda, auê, a.a!	O sol vai-se embora (está se pondo), camarada, a,a!
Oenda auê, a,a,a!	Vamos embora, camarada, a.a!
Ukumbi oenda auê, no calunga.”	O sol vai-se embora (está se pondo) no mar, morrendo na <i>calunga</i> que significa mar e morte.

Neste contexto, cada palavra deixa de ser apenas um significante, para tornar-se ela mesma um dos elementos construtivos do tecido de uma nova realidade elaborada como meio de resguardar a herança cultural dos seus falantes. Na interação, ao se escolher essa variedade linguística, está-se valorizando e afirmando-se sua identidade étnico-cultural, advertida na sentença recorrente em tom proverbial da Rainha Conga D. Isabel: “Quem firmou, firmou; quem não firmou, não firma mais”. Esse repertório, memorizado e apreendido por experiência pessoal – as “afrografias” de Leda Martins (1977) –, embora tenha sofrido interferência da língua portuguesa, tende a se cristalizar em razão do seu domínio ser de uso restrito aos seus participantes, o que ainda lhe confere o aspecto de “secreto” por estar fundamentado em certas formulações simbólicas em que cada palavra proferida – “a palavra-força” de Zumthor (2003, p. 75) – é mantida dentro da fidelidade ritual do apelo, da denominação dos referentes e se torna mais valorizada do que as palavras do falar cotidiano, comum. Consequentemente, durante seu desempenho, essas palavras oferecem maior resistência a mudanças que possam prejudicar a interlocução, a exemplo do que se observa na “língua-de-santo” dos candomblés da Bahia (cf. CASTRO, 2001). Em 2008, Neide Sampaio, no primoroso estudo *Por uma poética da voz africana*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da UFMG, amplia a área de pesquisa dos vissungos, enriquecendo, com novos cânticos, esse campo de estudos.

7 Revertendo estereótipos

Diante do exposto, o pretexto implícito neste estudo é ressaltar a importância dos *vissungos* como patrimônio imaterial negroafricano no Brasil e por meio da *língua banguela* reconhecer as línguas africanas na estatura de línguas e não de dialetos, no sentido depreciativo do termo como são costumeiramente tratadas entre nós. Enfim, é mais uma tentativa de reverter o estereótipo de que o negroafricano escravizado era “uma coisa só”, o africano, sem nome, língua e identidade própria, uma visão

equivocada que chega aos umbrais de nossa academia e termina por invisibilizar as línguas negroafricanas no Brasil e escamotear a participação de seus falantes na construção do português brasileiro, conseqüentemente, a contribuição que seu estudo pode trazer para a historiografia brasileira. Aqui, portanto, está a prova no que dizem “os vissungos na língua banguela” em terras brasileiras de Minas Gerais.

Referências

SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

BONVINI, Emilio. Palavras de origem africana no português do Brasil: do empréstimo à integração. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (orgs.). *História do saber lexical, constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP, 2002. p. 147-162.

BOXER, Charles R. *A idade do ouro no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1963.

CARVALHO, José Jorge de. Um panorama da música afro-brasileira. In: FREITAS, Neide; QUEIROZ, Sônia (orgs.). *Vissungos, cantos afro-descendentes em Minas Gerais*. 2. ed. rev. aum. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009, p. 27-44.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. (Coleção Mineiriana).

CASTRO, Yeda Pessoa de. A identidade tecida pela palavra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, Salvador: IGHB, v. 104 (jan-dez) 2009. p. 213-232.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks Editora, 2001/ 2005.

CASTRO, Yeda Pessoa de. O protesto no conto do canto do acalanto. *Revista da Academia de Letra da Bahia*, Salvador, n. 53, março de 2015, p. 53-70.

CRYSTAL, David. *English as a global language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

CROWTHER, Samuel Ajayi – *A vocabulary of the Yoruba language*. London: Seeleys, 1852.

DANIEL, Revmo. H. Etaungo. *Dicionário português umbundo*. Luanda: Mayamba, 2010.

GNERRE, Maurizio. O corpus dos vissungos de São João da Chapada (MG). In: FREITAS, Neide; QUEIROZ, Sônia (orgs.). *Vissungos, cantos afro-descendentes em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006, p. 51- 64.

GREENBERG, Joseph. *The Languages of Africa*. Bloomington: Indiana University, 1966.

GÜTHRIE, Malcolm. *The classification of the bantu languages*. Londres: Oxford University Press, 1948.

HEINE, Bernd; NURSE, Derek. *African languages: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

MALINOWSKI, Bronislaw. The problem of meaning in primitive languages. In: OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. *The meaning of meaning: a study of the influence of language upon thought and of the science of symbolism*. Eighth edition. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1946. p. 296-336.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o reinado do Rosário no Jatobá*. São Paulo/Belo Horizonte: Editora Perspectiva e Mazza Edições, 1997.

MEEUSSEN, A. E. *Bantu grammatical reconstructions*. Tervuren: Annales du Musée Royal de l'Afrique Centrale, 1967.

QUEIROZ, Sônia. Vissungos, contos afro-descendentes de vida e morte. In: FREITAS, Neide; QUEIROZ, Sônia (orgs.). *Vissungos, cantos afro-descendentes em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2006, p. 33-50.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVA NETO, Serafim da. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Editora Nacional, 1962.

UEM, Departamento de História. *História de Moçambique*. Maputo: Tempo, Universidade Eduardo Mondlane, 1982, vol.1.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. Tradução de Análio Pinheiro e Jerus Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.